

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIOGO BALTHAZAR DA NÓBREGA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DO PSICÓLOGO NA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

CURITIBA  
2013

DIOGO BALTHAZAR DA NÓBREGA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DO PSICÓLOGO NA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Cleverson Renan da Cunha.

CURITIBA  
2013

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço àqueles que entendem a minha ausência.

À minha mãe, Inez Terezinha da Nóbrega, pela preocupação de mãe.

À minha esposa Ana Paula Bill da Nóbrega, pelo companheirismo, apoio, inspiração e dedicação de cada dia.

Aos amigos que cursaram esta especialização, Decio Kazushi Hirashima e Vanessa Cristina Merlin Dal Gobbo, pelas histórias das manhãs de sábado rumo a Colombo.

Às amigas Gelse Yuri Kakumoto e Mariana Neves Maurício, pelo interesse e apoio no andamento do projeto.

## RESUMO

O presente trabalho se destina ao aprimoramento de práticas da Gestão Pública voltadas ao atendimento do público-alvo da educação especial no município de São José dos Pinhais, visando o comprometimento com a valorização das diferenças, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, por meio do atendimento Educacional Especializado, realizado por equipe multiprofissional da qual participa o psicólogo prestando serviços sob a organização de Centro de Atendimento Especializado. O objetivo geral é criar um sistema de informações que produza indicadores sobre o público-alvo, destinado ao aprimoramento do atendimento psicológico de crianças matriculadas no Ensino Público Municipal – Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano). A contribuição deste estudo se faz na promoção do constante aperfeiçoamento do profissional psicólogo, que melhor o capacita em sua prática profissional e em suas possibilidades de intervenção. A estruturação um sistema de informações aprofunda o refinamento da demanda existente no atendimento psicológico, indo para além do sujeito que recebe o atendimento, para permear também a sua realidade. Pela obtenção de indicadores que envolvem o público-alvo da Educação Especial, é ampliado o poder de contribuição do profissional psicólogo aos valores da eficiência e eficácia preconizados na Administração Pública. Para tanto realizou-se revisão teórico-empírica de temas relacionados. Posteriormente procedeu-se a análise da demanda atual, pelos processos e instrumentos utilizados no atendimento especializado pelo psicólogo. Também foi realizada a análise documental de 784 pastas individuais, a tabulação e classificação dessas informações; quantificação e categorização comuns ao público-alvo atendido, sendo o processamento dado por meio do software Microsoft Excel®. A elaboração deste sistema visa favorecer a Administração Pública o vislumbre da análise de processos e a alocação eficiente de serviços psicológicos implicados no AEE, atenta à perspectiva da educação inclusiva, de acordo com a legislação e normativas em vigor. A implantação e pleno funcionamento do projeto se dará dentro de 01 (um) ano, distribuídos dentro das 08 horas semanais, totalizando 200 dias letivos (320 horas). Nesse trabalho procurou-se identificar, no contexto educacional, as variáveis que se relacionam ao desenvolvimento do repertório comportamental de sujeitos em atendimento psicológico, aprimorando procedimentos de ensino e ensinando comportamentos que possam, pelo uso de tecnologias comportamentais, construir novos parâmetros para a Educação. Conclui-se que a importância da Psicologia em interface à Educação, em especial à Educação Especial, permeia tanto o atendimento individual quanto à construção de um ambiente inclusivo. Neste quesito, estabelecer a correspondência entre a demanda emergente na Educação Especial e as práticas educacionais se torna uma tarefa árdua, dado que há a participação de diversos atores sociais, a considerar tanto a comunidade escolar, como a família e os demais profissionais envolvidos. Dessa maneira, o sistema proposto cumpre sua função em facilitar a visualização e compreensão dessa demanda por atendimento psicológico na Educação Especial, por meio de indicadores, a partir de variáveis dos sujeitos atendidos.

**Palavras-chave:** Psicologia; Sistema; Educação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Modelo de registro em <i>software</i> Microsoft Excel® .....	17
Figura 2. Gráfico de dispersão de sujeitos atendidos, por gênero e por idade. ....	22

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAEP – Centro de Atendimento à Estimulação Precoce

CEMAE – Centro Municipal de Atendimento Especializado

CEMITRA – Centro Municipal de Iniciação ao Trabalho

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

SEED/SUED – Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação

TDA/H - Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 Apresentação/Problemática.....	1
1.2 Objetivo Geral do trabalho.....	2
1.3 Justificativas do objetivo.....	2
<b>2. Revisão teórico-empírica</b> .....	<b>4</b>
2.1. Sobre a Análise do Comportamento.....	4
2.2. Aspectos legais.....	7
2.3. A realidade social atual do município de São José dos Pinhais.....	9
<b>3. Metodologia</b> .....	<b>11</b>
<b>4. A Organização</b> .....	<b>12</b>
4.1 Descrição geral:.....	12
4.2 - Diagnóstico da situação-problema.....	13
<b>5. Proposta</b> .....	<b>16</b>
5.1 Desenvolvimento da proposta.....	16
5.2 Plano de implantação.....	18
5.3 – Recursos.....	19
5.4 - Resultados esperados.....	19
5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.....	24
<b>6. Conclusão</b> .....	<b>25</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>26</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Apresentação/Problemática**

O presente trabalho se destina ao aprimoramento de práticas da Gestão Pública voltadas à Educação no município de São José dos Pinhais – PR. De acordo com o CENSO de 2010, sua população é de 264.210 habitantes, e em 2012 são contabilizados 22.281 alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede municipal.

No tocante à Educação Inclusiva, há o comprometimento com a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, que tornem efetivas as políticas públicas transversais e intersetoriais. Não obstante, este caráter inclusivo da Educação também permeia a Educação Especial, cujo público é considerado alvo para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este público é atendido em Sala de Recurso Multifuncional ou em Centros de Atendimento Especializado; este último congrega uma equipe multiprofissional da qual participa o psicólogo.

Atualmente em São José dos Pinhais-PR, os psicólogos da Secretaria Municipal de Educação estão integralmente lotados no Departamento de Educação Especial. Desse total, cerca de 20 destes servidores psicólogos presta serviços sob a organização de Centro de Atendimento Especializado (CEMAE).

Na modalidade de atendimento psicológico, os psicólogos que realizam 40 horas semanais tem a meta 30 atendimentos individuais semanais, com duração de 45 a 50 minutos cada, distribuídos em 04 dias da semana. Um dia da semana é destinado à permanência do profissional no CEMAЕ, na finalidade de planejamento e desenvolvimento de atividades internas.

Ainda, as atividades de devolutivas de atendimentos aos pais e à equipe escolar são estipuladas pelo Departamento de Educação Especial, em semanas pré-definidas e de acordo com o calendário escolar. Já as orientações psicológicas devem ser feitas no horário de atendimento psicológico da criança.

Este trabalho apresenta a amostragem da região da Borda do Campo, atendida pelo CEMAЕ Borda do Campo, cujo público é proveniente de 07 escolas municipais, totalizando aproximados 2.500 alunos matriculados, sendo o atendimento especializado da Psicologia realizado por 01 psicólogo.

Observa-se o crescimento populacional do município e a tentativa da Administração Pública em estabelecer condições sociais e educacionais adequadas à sua população. Não obstante, o campo da Educação Especial presencia o aumento da incidência de público-alvo, para os quais o refinamento da compreensão dessa demanda pode favorecer a prática cotidiana do profissional psicólogo, aprimorando as práticas da Gestão Pública voltadas à Educação efetivamente Inclusiva.

## **1.2 Objetivo Geral do trabalho**

O objetivo geral do trabalho é criar um sistema de informações que produza indicadores sobre o público-alvo do atendimento especializado. Este sistema se destina ao aprimoramento do atendimento psicológico de crianças matriculadas no Ensino Público Municipal – Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) –, no município de São José dos Pinhais-PR.

São elencadas possíveis variáveis sobre o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e que são usuários do atendimento especializado psicológico. As informações de cada usuário do serviço ficam agrupadas e organizadas, formando uma base de dados consistente. No sistema, as mesmas informações poderão ser reorganizadas de modo a melhor sinalizar as relações da demanda existente para o atendimento especializado da Psicologia.

Neste sentido, a sistematização no cruzamento dessas variáveis pode complementar as informações já existentes sobre *quem* é o público-alvo da Educação Especial, no município de São José dos Pinhais. Apresentado o produto deste sistema enquanto indicadores, os dados podem ser percebidos de modo a produzir novas análises pelo profissional psicólogo.

## **1.3 Justificativas do objetivo**

O presente trabalho estrutura um sistema de informações destinado ao refinamento da demanda de atendimento psicológico que se encontra atrelada ao atendimento educacional especializado. A demanda se faz presente no campo da Educação Especial, no município de São José dos Pinhais.

O serviço de atendimento especializado da Psicologia é ofertado por Centro de Atendimento Especializado (CEMAE), para o público-alvo da Educação Especial, e que crianças matriculadas no Ensino Público Municipal – Ensino Fundamental I – Anos Iniciais (1º ao 5º ano). O CEMAE responde ao Departamento de Educação Especial, órgão da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

A contribuição deste estudo se faz na promoção do constante aperfeiçoamento do profissional psicólogo, que melhor o capacita em sua prática profissional e em suas possibilidades de intervenção. Nesse aspecto, a produção científica aponta o fruto destas contribuições que aprimoram a prática também no campo da Educação, numa potencial construção de comportamentos de indivíduos, voltados a uma sociedade efetivamente inclusiva.

Faz-se relevante o papel social do profissional psicólogo de posse do conhecimento atrelado às ciências dedicadas à Gestão Pública. Não obstante, é salientado o impacto do direito positivado, que torna explícita as relações no âmbito deste projeto e dadas pela legislação vigente. Para a referência do campo da Psicologia, neste estudo é estabelecida a relação com as práticas definidas pela Análise do Comportamento.

A estruturação um sistema de informações aprofunda o refinamento da demanda existente no atendimento psicológico, indo para além do sujeito que recebe o atendimento, para permear também a sua realidade. Pela obtenção de indicadores que envolvem o público-alvo da Educação Especial, é ampliado o poder de contribuição do profissional psicólogo aos valores da eficiência e eficácia preconizados na Administração Pública.

## 2. Revisão teórico-empírica

Para esta revisão, levantam-se conceitos atrelados aos campos de conhecimento da Educação Especial na perspectiva da Análise do Comportamento bem como da Gestão Pública.

### 2.1. Sobre a Análise do Comportamento

A explicação acerca da abordagem analítico-comportamental compreende diferentes *níveis de seleção de comportamento*, que se aplicam à compreensão de aspectos específicos da Gestão Pública e Educação Especial no município de São José dos Pinhais-PR. Grosso modo, tem-se a relação entre os comportamentos dos indivíduos, responsáveis por produzir e manter vigentes as práticas culturais.

Nesse sentido, Skinner define o *comportamento social* como “o comportamento de duas ou mais pessoas em relação uma a outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum” (2003, p. 325). O mesmo autor expõe que “a *educação* é o estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para os outros em algum momento futuro” (2003, p. 437; grifo meu); enquanto “*ensino* é um arranjo de contingências sob as quais o aluno aprende” (1972, p. 62; grifo meu).

Ademais, o modelo proposto por Skinner (1990) tem por base o modelo de seleção darwiniano, em que os comportamentos são selecionados pelas suas consequências. Ou seja, são apresentados nos níveis: filogenético (referente à espécie), ontogenético (referente ao indivíduo da espécie) e cultural.

Faz-se mister apontar que o *comportamento operante*, segundo Catania (1998/1999, p. 81 *apud* BENVENUTI, CARVALHO NETO, 2010, p.16) apresenta a possibilidade de estudá-lo enquanto fenômeno, de modo a programar as suas consequências e que podem alterá-lo, por meio dos estímulos ambientais que a ele estão relacionados. Na discussão do conceito de operante, tem-se a ênfase no papel selecionador do ambiente, em que “um comportamento operante seria a existência de eventos subsequentes ao responder capazes de alterar a sua probabilidade de ocorrência” (REESE, 1996,1973; MILLENSON, 1976,1975 *apud* BENVENUTI, CARVALHO NETO, 2010, p. 31).

Proposta neste modelo, de seleção pelas consequências, “como na análise de Darwin sobre a transformação das espécies, a análise do [comportamento] operante exige a reflexão sobre variação e seleção como duas forças separadas, mas trabalhando em conjunto na produção de repertórios comportamentais” (TOURINHO, LUNA, 2010, p. 19), em que “os mesmos processos básicos estão também na construção do repertório individual e no surgimento e manutenção das práticas culturais” (CATANIA E HARNARD, 1998; MATOS, MACHADO FERRARA, SILVA, HUNZIKER, ANDERY, SÉRIO E FIGUEIREDO, 1989; ANDERY, MICHELETTO E SÉRIO, 2008; SKINNER, 1981, 1990 *apud* BENVENUTI, CARVALHO NETO, 2010, p. 19).

Nesse projeto, a variabilidade se faz diante da necessidade do profissional psicólogo *programar consequências* para o seu comportamento, compreendendo a amplitude dos conceitos de *educação* e *ensino*, expostos anteriormente. Neste viés, Skinner (1945 *apud* ANDERY, 2010, P. 68) considera especialmente relevante “que a psicologia trate os fenômenos tradicionalmente associados à ‘natureza humana’, especificamente aqueles tratados sob o rótulo ‘subjetividade humana’”. Este tratamento se faz possível apenas quando o termo consciência é entendido como “uma forma de reagir ao próprio comportamento, é um produto social... [que] o indivíduo torna-se consciente do que faz somente depois que a sociedade reforçou respostas verbais com relação a seu comportamento” (*ibidem*).

Frente ao contexto exposto, são apresentadas diversas publicações sobre a Análise do Comportamento Aplicada à Educação Especial (NICOLINO, ZANOTTO, 2008), corroboradas pelas relevantes considerações:

A Análise Comportamental Aplicada é uma disciplina com mais de 50 anos de pesquisa científica contínua. O tratamento não se baseia em um conjunto de regras e passos a serem seguidos. É um tratamento específico que deve ser construído conforme vai transcorrendo. Os programas estão em constante mudança, e o analista do comportamento está sempre buscando a maneira mais efetiva de transformar repertórios comportamentais individuais. O ensino de novas habilidades, bem como o objetivo de eliminar comportamentos indesejáveis servem como objetivos a serem alcançados. Uma lista desses objetivos é definida pelo profissional, juntamente com a família, com base nas habilidades iniciais da criança, após a avaliação. O envolvimento dos pais e de todas as pessoas que participam da vida da criança é fundamental durante todo processo. Vale a pena ressaltar que o tratamento não é milagroso nem rápido, embora é considerado, hoje, o mais efetivo. (BRAGA-KENYON, KENYON, MIGUEL, 2005, p. 9).

Dessa maneira, o psicólogo analista do comportamento que atua na Educação Especial entende que: (1) *cada sujeito é único*, em que Análise do Comportamento propõe o estudo dos efeitos de cada variável ambiental sobre o comportamento de cada indivíduo (SKINNER, 1953/1981); e da conceituação analítico-comportamental de (2) *desenvolvimento humano*, que “é explicado a partir de mudanças em interações dinâmicas entre um indivíduo ativo e o ambiente, sendo este último constituído por diferentes condições de estimulação que adquirem uma função para o comportamento” (BIJOU, 1989, 1995; BIJOU, BAER, 1978; BIJOU, RIBER, 1996; BAER, ROSALES-RUIZ, 2003; ROSALES-RUIZ, BAER, 1997; SCHILINGER, 1995 *apud* VASCONCELOS, NAVES, 2010, p. 126).

Esse profissional pode, então, produzir conhecimento: ao (a) utilizar análises e revisões conceituais e observações sistemáticas do comportamento; realizar (b) pesquisa experimental com destaque para as análises de dados individuais, por meio de inspeção visual e análise estatística descritiva (VASCONCELOS, NAVES, 2010, p. 129).

Logo, observada a estreita relação entre *desenvolvimento* e práticas *educativas*, o conhecimento produzido não pode ser considerado isoladamente: deve-se “identificar as relações estabelecidas por ele em diversos contextos sociais, incluindo elementos socioeconômicos, políticos, históricos e os valores que perpassam o processo de desenvolvimento” (ROSSETTI-FERREIRA, 2006 *apud* VASCONCELOS, NAVES, 2010, p. 140). Biglan (1995) (*ibidem*) destaca a necessidade de considerar família, escola e Estado, como unidades sociais mais amplas, ao analisar o desenvolvimento de um indivíduo. Corroborando Glenn (1991 *apud* VASCONCELOS, NAVES, 2010, p. 142), ao expor que

é possível identificar contingências familiares, além daquelas estabelecidas no contexto acadêmico, que raramente são criteriosamente analisadas em busca de um planejamento mais favorável ao desenvolvimento delas. Com frequência, práticas culturais predominantes na cultura ocidental atribuem ao organismo ou ao próprio indivíduo toda a responsabilidade pela emissão de comportamentos perturbadores que trazem prejuízos ao seu desenvolvimento. Explicações circulares são assim formuladas por pais e professores, sem que informações contextuais sejam acrescentadas a elas e sem que novas contingências sejam programadas para fortalecer comportamentos alternativos. Nesse contexto, a criança pode experimentar sentimentos de tristeza, emitir comportamentos de contracontrole e apresentar isolamento social.

Ao considerar o efeito da *cultura total* (SKINNER, 2003, p. 364) sobre o indivíduo, deve-se ponderar a integração de conhecimentos advindos de diferentes campos de conhecimento e de outros aspectos do ambiente social que trabalham conjunta e simultaneamente.

Dessa forma, a possibilidade da sistematização das informações sobre o atendimento psicológico proposta vai ao encontro do exercício de um controle ético sobre os membros de um grupo (SKINNER, 2003, p. 363; no capítulo XXII, sobre o “Governo e lei”), na organização e manipulação variáveis que possam, então, operar com sucesso.

Dado o entendimento do contexto até então exposto, pontua-se a utilização do conceito de Indicadores Sociais, que fornece subsídio a estas operações – ao arranjar de contingências –, que contribuem em elaborar um conjunto de variáveis de maneira a captar e tornar possível um instrumento de medição acerca de um conceito. Nesse caso, destinado à prática psicológica que se encontra inserida na Educação Especial. A estruturação sistemática de informações, proposta neste estudo, se adequa ao conceito dado por Januzzi (2002, p. 54):

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa, dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Estes conceitos corroboram ao entendimento das leis que se aplicam a uma realidade social.

## **2.2. Aspectos legais**

Outro aspecto relevante são as leis, que também devem ser mencionadas em que, enquanto reguladoras do funcionamento da realidade social, visto que são construídas com base em procedimentos passados e de maneira a garantir procedimentos semelhantes no futuro, “é uma regra de conduta no sentido de que especifica as consequências de certas ações que por seu turno ‘regem’ o

comportamento” (SKINNER, 2003, p. 369-370), e que dá a entender a consequência usual de punição. Corroborando Bagaiolo, Guilhardi, Romano (2006, p. 381) ao elucidar que é necessária a compreensão sobre a área jurídica para, então, compor o processo de inclusão: “(...) é o contexto legal que nos autoriza ou desautoriza a elencar quais comportamentos podemos ter no ‘ato ou efeito de incluir’”. Esta complexidade permeia contingências políticas, em que a Educação é primordial para o desenvolvimento social e democrático (SZTAMFATER, 2010; SZINWELSKI, 2012).

Assim considerados, a política pública de Educação Inclusiva se faz pela legislação a citar: Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.096, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); Lei nº 9.3494, de 20 de dezembro de 1996, sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE); Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos; o Decreto 7.611, de 17 de Novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o AEE.

De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, artigo 1º, os sistemas de ensino devem matricular os estudantes público-alvo do AEE. Tal qual esse dever, a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, aponta a possibilidade do atendimento ser realizado em centros de AEE (artigo 5º), como alternativa à sala de recurso multifuncional; em que se define o público-alvo do AEE (o artigo 4º):

- (I) alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- (II) alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; e
- (III) alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento.

De acordo com a instrução nº 016/2011, da Secretaria de Estado da Educação - Superintendência da Educação (SEED/SUED), a avaliação de ingresso no AEE se efetiva a partir da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, que possibilita o reconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos

com indicativos descritos na resolução 04/2009 para o público-alvo do AEE, tendo incluído a este público também os (IV) transtornos funcionais específicos:

- a) Distúrbios de aprendizagem – (dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia); e
- b) Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade – TDA/H.

Segundo essa instrução, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola, sendo requerido de parecer psicológico os casos que incluem deficiência intelectual e/ou que esteja associada a esta, e pode ser complementar aos outros casos de deficiência quando se fizer necessário.

### **2.3. A realidade social atual do município de São José dos Pinhais**

Acerca da realidade social, foram consultadas as fontes Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São José dos Pinhais é um município paranaense com população de 264.210 habitantes, pelo Censo de 2010, e estimado em 287.792 habitantes no ano de 2013. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,758, acima da média de 0,701 dada pelos municípios do PR, e que tem como extremos os índices de 0,546 em Doutor Ulysses e 0,823 em Curitiba.

De acordo o Caderno Estatístico Município De São José dos Pinhais (IPARDES, 2013), tem-se os seguintes dados acerca da Educação em 2012: 22.281 alunos matriculados no Ensino Fundamental (incluídos no ensino de 8 e de 9 anos) da rede Municipal, que representa 50,31% do total de 44.287 dentre as matrículas que incluem as dependências Estadual e Particular; e 89 matrículas na Educação Especial na administração municipal, que representa 22,53% do total de 395, sendo apresentadas 306 matrículas referentes ao ensino particular.

De acordo com o resumo técnico do Censo da educação básica 2012 (INEP, 2013, p. 27-28), é priorizada a educação inclusiva enquanto política da educação especial, no sentido de valorização das diferenças e do atendimento às necessidades educacionais de cada aluno; há a indicação do aumento de 9,1% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, sendo de 752.305 matrículas

em 2011 e 820.433 matrículas em 2012. Considerados os avanços nas escolas públicas, as matrículas na educação especial em 2007 representavam 62,7% do total, e em 2012 foi de 78,2%, o que foi sinalizado como efetivação da educação inclusiva e a destinação de esforços para organizar políticas públicas adequadas e acessíveis às pessoas com deficiência. Não obstante, deve-se estabelecer uma análise criteriosa sobre estes dados (ALVES, SOARES, 2013).

Pondera-se que a contribuição deste projeto – na elaboração de um instrumento, um sistema de informações – selecione novas referências para *quais* e de que maneira *como* podem ser mais bem planejadas as intervenções psicológicas, tanto quanto a alocação de recursos estatais. É apresentado também o intuito de fomentar intervenções condizentes ao conhecimento científico e trabalho do campo da Psicologia, em consonância com questões presentes na Gestão Pública, tendo na Educação o instrumento para a construção de uma sociedade inclusiva.

### 3. Metodologia

Inicialmente, apresenta-se a revisão teórico-empírica adequada à delimitação da problemática e ao produto almejado neste trabalho.

Em segundo lugar, tem-se a análise da demanda atual, pelos processos e instrumentos utilizados no atendimento especializado pelo psicólogo. Estes apresentam uma estrita relação com as possibilidades inerentes à sua prática profissional.

Por terceiro, a partir de informações individuais do público-alvo do AEE, provenientes de cadastro individual, o método que melhor se adequa é a análise documental dos mesmos. De tal modo, discorre deste a elaboração do sistema: a identificação de dados comuns aos alunos atendidos no centro de AEE; tabulação dos dados; classificação das informações; quantificação e categorização das informações comuns ao público-alvo atendido. O processamento destas informações se dará por meio do *software* Microsoft Excel®, que é uma ferramenta adequada para trabalhar com uma grande quantidade de dados.

A análise do produto final terá indicado o seu resultado pelo agrupamento de possíveis classes de informações geradas. Tais informações poderão remeter aos profissionais psicólogos as possibilidades de planejamento de atividades que impactem positivamente em sua prática em relação ao atendimento especializado, na perspectiva da educação inclusiva.

As adequações ao sistema serão elaboradas na sequência, após apresentação aos demais psicólogos na função de atendimento e seus comentários sobre o sistema, realizando possíveis ajustes que se fizerem necessários ao funcionamento ideal da ferramenta proposta.

## **4. A Organização**

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais – PR.

### **4.1 Descrição geral:**

A Secretaria Municipal de Educação é um órgão da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, e sua missão é ser um agente ativo do desenvolvimento local, assegurando às crianças, jovens e adultos da rede municipal, educação de qualidade para o exercício pleno da cidadania.

Os Departamentos que compõem a Secretaria de Educação são: (a) Departamento de Educação Infantil; (b) Departamento de Ensino Fundamental; (c) Departamento de Educação Especial.

Ao (a) Departamento de Educação Infantil está compreendida a primeira etapa da educação básica, que compreende o atendimento de crianças de zero a 6 anos. Este trabalho é desenvolvido pelos CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil), embasados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Seu objetivo é proporcionar condições adequadas para o bem estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social; ampliar suas experiências e estimular o interesse das mesmas; garantir a articulação entre o cuidar e educar, proporcionando a formação e capacitação adequada aos profissionais desta etapa educacional; projetar, construir, ampliar, reformar e manter estrutura adequada para o atendimento da Educação Infantil com qualidade.

Referente ao (b) Departamento de Ensino Fundamental, seus objetivos específicos são relevantes à compreensão das políticas e ações que elucidam a amplitude do público-alvo atendido no CEMAE, contendo: (1) Formação Continuada: oportunizar ao professor um processo de formação continuada que possibilite estabelecer a relação teoria e prática; (2) Avaliação Institucional: propõe-se um processo de avaliação, a partir da participação e construção coletiva, com base na discussão da concepção de avaliação institucional e encaminhamentos que envolvam toda a comunidade escolar; (3) Mídias e Tecnologias: objetiva introduzir o uso de tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública; (4) Educação Integral: objetiva a articulação de serviços públicos visando o atendimento

dos alunos de ensino fundamental, no mínimo de 07 horas diárias, em seu contexto sociocultural: a cidade educadora; (5) Democratização da Rede de Ensino: objetiva possibilitar o crescimento e a participação de todos os envolvidos no processo do sistema de ensino, na perspectiva de preservar e construir a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, viabilizando, desta forma, uma educação emancipatória; (6) Diversidade: objetiva encaminhar ações, partindo do princípio de que todos os alunos são capazes de aprender. A diversidade faz parte da humanidade, somos diversos em nossas representações de mundo, em nossas experiências de sociabilidade e principalmente na aprendizagem; e (7) EJA: atender uma demanda que não teve acesso à escolarização regular na infância e desejam ampliar seus conhecimentos educacionais.

As informações disponibilizadas sobre o (c) Departamento de Educação Especial apresentam-se relacionadas às áreas de atuação e os recursos municipais, a considerar: (1) CEMITRA (Centro Municipal de Iniciação ao Trabalho) – Atividades pré-profissionalizantes e apoio à profissionalização; (2) CAEP (Centro de Atendimento à Estimulação Precoce) – Estimulação essencial para bebês e crianças em situação de risco; (3) Escola Especial Madre Paulina – Estimulação e Escolaridade; (4) Escola Municipal de Educação Especial para Surdos Professora Ilza de Souza Santos; (5) Centro de Atendimento Especializado Anne Sullivan – Estimulação visual, reeducação visual, orientação e mobilidade, aprendizagem, uso do Braille e Sorobã, apoio à inclusão e iniciação ao trabalho; (6) Psicopedagogia Hospitalar - Atendimento clínico Psicopedagógico para crianças hospitalizadas; e os (7) CEMAES (Centro Municipal de Atendimento Especializado).

#### **4.2 - Diagnóstico da situação-problema**

A demanda do CEMAE Borda do Campo atualmente é recebida de 07 escolas da rede municipal, que totalizam aproximados 2.500 alunos matriculados no Ensino Regular, do 1º ao 5º ano – Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, do município de São José dos Pinhais.

É padronizado pela Administração Pública que o CEMAE seja composto por uma equipe multiprofissional, tal qual como descrito em lei. Dessa maneira o

profissional psicólogo, servidor público da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, lotado na Secretaria de Educação, atua na Educação Especial.

Na modalidade de atendimento psicológico, os psicólogos que realizam 40 horas semanais tem a meta 30 atendimentos individuais semanais, com duração de 45 a 50 minutos cada, distribuídos em 04 dias da semana. Um dia da semana é destinado à permanência do profissional no CEMAE, na finalidade de planejamento e desenvolvimento de atividades internas.

Ainda, as atividades de devolutivas de atendimentos aos pais e à equipe escolar são estipuladas pelo Departamento de Educação Especial, em semanas pré-definidas e de acordo com o calendário escolar. Já as orientações psicológicas devem ser feitas no horário de atendimento psicológico da criança.

Além do atendimento psicológico nestes serviços ofertados pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, existe 01 psicólogo em cada CEMAE dedicado à realização de avaliação psicoeducacional. Neste caso, os profissionais tem a meta de 08 avaliações bimestrais, atuando quando for detectada necessidade de se proceder com a avaliação psicológica, e muitas vezes utilizando-se de instrumentos formais privativos da Psicologia, produzindo o laudo psicológico. Este laudo consecutivamente contribuindo na elaboração do relatório de avaliação psicoeducacional produzido por equipe multidisciplinar, com suas sugestões de intervenção e encaminhamentos a outros profissionais/serviços.

Além dos documentos e registros decorrentes da prática psicológica, conforme regulamentados pelo Conselho Federal de Psicologia – contrato, termo de consentimento, registros individuais, dentre outros –, os instrumentos administrativos utilizados pelos profissionais psicólogos que efetuam o atendimento inclui a (a) *ficha de frequência do atendimento psicológico* e (b) *ficha de registro do atendimento psicológico*.

A (a) *ficha de frequência do atendimento psicológico* estabelece as presenças e faltas do usuário do serviço no mês, considerando sua frequência semanal e com duração de 45-50 minutos; apresentadas três faltas consecutivas e sem justificativa o usuário é desligado do atendimento.

Já na (b) *ficha de registro do atendimento psicológico* constam campos para preenchimento dos dados: nome; data de nascimento; escola; ano/turno; data do relatório de avaliação psicoeducacional; data de início do atendimento psicológico; total de presenças e de faltas; data do desligamento; e demais observações. Tal ficha agrupa registros realizados ao longo do ano.

Estas fichas se referem ao controle administrativo público, destinado ao funcionamento da coisa pública, não remetendo a um procedimento específico que seja adotado como prática privativa do profissional psicólogo, conforme estabelecido por suas legislações e normatizações inerentes ao exercício profissional. Tais instrumentos se aproximam: (a) ao Livro de Registro de Frequência de Classe, como proposto instrução nº 07/10-SEED/DAE/CDE, que estabelece as normas para preenchimento do Livro Registro de Classe na Rede Estadual de Ensino; e às (b) orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, estabelecido em nota técnica (NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010).

A deficiência na sistematização dos materiais produzidos ao longo do tempo, igualmente apresentada na organização das informações que se referem à totalidade dos atendimentos, prejudica a atuação ótima e, por conseguinte, a qualidade da prática psicológica. Os dados apresentados sobre a realidade da Educação Especial na região da Borda do Campo, no município de São José dos Pinhais, são pouco objetivos ou inexistentes no que se refere ao aprimoramento da prática psicológica, tendo limitada a sua contribuição às mudanças sociais. O conhecimento técnico-científico da Psicologia é comprometido com o desenvolvimento social, tal quais as possibilidades de suas intervenções se efetivarem no campo da Gestão Pública.

Até dezembro/2013 é contabilizado o arquivo de 784 pastas individuais para o CEMAE Borda do Campo, para o qual não há um cadastro sistemático e/ou o mesmo se apresenta descontinuada a análise longitudinal, em especial, ao qual se destina o atendimento psicológico.

## 5. Proposta

Frente ao objetivo geral do trabalho, este projeto estrutura os procedimentos adotados e técnicas a serem implantadas, a serem conduzidas para o refinamento da demanda do atendimento especializado da Psicologia. Tendo a aplicação ao CEMAE Borda do Campo como foco, pode-se sugerir a posterior aplicação do processo aos demais CEMAEs, adaptados às suas respectivas peculiaridades e demandas específicas, ampliando a prática da Gestão Pública à Educação Inclusiva.

### 5.1 Desenvolvimento da proposta

De acordo com o volume de informações que se encontravam não sistematizadas, nos arquivos do Atendimento Educacional Especializado, foi necessário averiguar quais critérios seriam necessários para a organização dos dados. Dessa forma, foi feita a consulta de cada arquivo individual, o que totalizou 784 arquivos, compreendidos os dados particulares a cada sujeito. Tendo esta referência para análise, e diante da amplitude dos possíveis critérios, os mesmos foram delineados de maneira a atender o projeto e permitir o objetivo de sua sistematização.

Os procedimentos incluíram a análise dos dados disponíveis em cada pasta individual e a tabulação dos mesmos, do total de 784 pastas individuais arquivadas. Dessa maneira, a tabulação foi realizada no *software* Microsoft Excel®. Considerando uma linha da tabela para cada sujeito cadastrado, para efeitos de tabulação, cada dado estabelecido em uma coluna é uma variável dependente do nome completo da criança (item I-a). Atribuindo-se uma coluna para cada campo, os mesmos são identificados abaixo:

1. Identificação da Criança:
  - a. Nome completo;
  - b. Sexo;
  - c. Data de Nascimento;
  - d. Nome dos pais / responsáveis;
2. Informações Escolares:

- a. Escola;
  - b. Ano (série);
  - c. Turma;
  - d. Turno;
3. Serviços do CEMAE:
- a. Data de recebimento do encaminhamento;
  - b. Data de triagem;
  - c. Atendimento psicológico:
    - i. Data de início;
    - ii. Data de desligamento;
  - d. Avaliação Psicopedagógica:
    - i. Data do relatório de avaliação;

A ilustração abaixo apresenta como os registros podem ser feitos com o uso do *software* Microsoft Excel®.

	A	B	C	D	E	I	V	X	Y	Z	BP	DQ	DT
	NOME COMPLETO	SEXO	DATA DE NASCIMENTO (DD/MM/AAAA)	IDADE ATUAL	RESPONSÁVEL	ÚLTIMA ESCOLA	ANO	TURNO	PSI (DATA INÍCIO)	PSI (DATA FIM)	DATA DA CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA	FICHA DE ENCAMINHAMENTO RECEBIDA / ATUALIZADO	TRIAGEM COM EQUIPE ESCOLAR
21	Sujeito 013	F	11/02/2005	8 anos, 10 meses e 6 dias	Responsáveis 013	E. M. 005	2	T	23/05/2013	10/09/2013		15/04/2013	15/05/2013
47	Sujeito 039	F	21/05/2002	11 anos, 6 meses e 26 dias	Responsáveis 039	E. M. 002	3	M	03/08/2013			20/05/2013	16/06/2013
61	Sujeito 053	F	02/11/1999	14 anos, 1 mês e 15 dias	Responsáveis 053	E. M. 006	5	T	23/05/2013		05/11/2013	17/05/2013	17/05/2013
99	Sujeito 091	M	12/05/2003	10 anos, 9 meses e 3 dias	Responsáveis 091	E. M. 005	5	M	01/04/2013	05/12/2013		03/04/2013	15/05/2013
133	Sujeito 115	M	22/09/2001	12 anos, 2 meses e 25 dias	Responsáveis 115	E. M. 002	5	M	28/05/2013	05/12/2013	17/11/2005	09/04/2013	20/05/2013
193	Sujeito 185	F	19/10/2002	11 anos, 1 mês e 28 dias	Responsáveis 185	E. M. 004	3	T	02/04/2013		10/10/2012		

**Figura 1.** Modelo de registro em *software* Microsoft Excel®

Para a viabilidade da realização deste processo pelo profissional psicólogo, deve-se considerar o acréscimo dessa nova tarefa de consulta e levantamento de dados sem que possa, então, de algum modo, concorrer ou desvirtuar o exercício de sua função.

A elaboração deste sistema visa favorecer a Administração Pública o vislumbre da análise de processos e a alocação eficiente de serviços psicológicos

implicados no AEE, atenta à perspectiva da educação inclusiva, de acordo com a legislação e normativas em vigor.

O resultado se dará a partir da contemplação do cruzamento dos dados disponibilizados pelo sistema, pela utilização dos filtros do software Microsoft Excel®. A função do filtro é localizar e trabalhar com um subconjunto de dados em um intervalo; um intervalo filtrado exhibe somente as linhas que atendem aos critérios especificados para uma coluna.

## **5.2 Plano de implantação**

Optou-se pela implantação do projeto no período de atendimento das demandas internas – quartas-feiras – garantindo que não haja atividade concorrente à rotina de atendimento ao público externo, tal qual interfira na qualidade dos serviços psicológicos prestados ao mesmo.

As atribuições de responsabilidades pela implantação, alimentação e monitoramento são dadas ao psicólogo, tendo em vista as Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, fornecido pelo Conselho Federal de Psicologia (2013), e o Manual de psicologia escolar – educacional do Conselho Regional de Psicologia (CASSINS *et al.*, 2007). Na medida em que é realizado este trabalho, a contribuição do conhecimento e prática psicológica podem melhor contribuir na compreensão de questões que envolvam a prática inclusiva e as relações sociais.

O escopo é a implantação e pleno funcionamento do projeto dentro de 01 (um) ano, nas quartas-feiras de permanência do profissional, ou seja, distribuídos dentro das 08 horas comportadas em 200 dias letivos, totalizando aproximadas 320 horas.

Considerando também os materiais produzidos pelo psicólogo em suas atividades, o trabalho inclui:

1. Acesso e consulta à pasta individual;
2. Verificação de documentação correlata:
  - a. Certidão de nascimento;
  - b. Ficha de encaminhamento;
  - c. Contrato de atendimento psicológico;
  - d. Relatório de avaliação psicoeducacional;

3. Tabulação dos dados (conforme descrito no desenvolvimento da proposta);
4. Arquivamento da pasta individual.

O sistema será apresentado aos demais psicólogos do atendimento especializado em uma das quartas-feiras de permanência, com o objetivo de que cada psicólogo construa o seu sistema referente aos dados pertinentes ao seu CEMAE. Nesta oportunidade será apresentado o processo de construção do sistema, a vantagens de sua utilização, bem como o passo-a-passo para sua construção, que ficará a cargo do psicólogo de cada CEMAE, e estando o autor do projeto à disposição durante o processo de construção dos respectivos sistemas.

Visto o objetivo e a fundamentação, trata-se do projeto prover ao psicólogo a ampliação do conhecimento da demanda com a qual trabalha, de modo a tornar sua prática mais eficaz e eficiente também na Gestão Pública, compreendida no direito positivado e nas possibilidades da instituição; tal qual este, é um instrumento de reflexão de sua própria prática frente à realidade em que se insere.

### **5.3 – Recursos**

Os recursos se dividem em recursos humanos, recursos materiais, instalações, e considera também a organização temporal. Apresenta-se assim:

- a) Recursos humanos: profissional psicólogo disponível no CEMAE, para a consulta aos materiais sigilosos que constarem na pasta individual do usuário;
- b) Recursos materiais: computador com os softwares Microsoft Windows® e Microsoft Excel® instalados.
- c) Instalações: espaço físico amplo para consulta dos arquivos contidos na pasta individual;
- d) Alocação de tempo do profissional para a realização da atividade, no período de atendimento das demandas internas.

### **5.4 - Resultados esperados**

Os indicadores se efetuam na quantidade de cadastros advindos das pastas individuais, cuja graduação totaliza as 784 pastas (100%). A partir deste cadastro, concluído em dezembro de 2013, encontram-se os seguintes resultados para o CEMAE Borda do Campo: (1) *Dados de levantamento geral* e (2) *Dados de atendimento em 2013*.

(1) *Dados de levantamento geral*: o total de 784 sujeitos cadastrados incluiu os atendimentos realizados em 2013. Dentro destes, a quantidade de sujeitos, por ano de nascimento (corte em dezembro/2013) foram computados entre 1988 e 2007, sendo:

- a) Crianças (menores de 12 anos de idade, nascidos entre 2002 e 2007): 236.
- b) Maiores de 12 anos de idade (nascidos antes de 2001): 548;
- c) Maiores de 15 anos de idade (nascidos antes de 1997): 343;
- d) Adultos (nascidos antes de 1996, maiores de 18 anos de idade): 131.
- e) Entre 12 e 15 anos: (548 – 343) 205;
- f) Entre 15 e 17 anos: (343 – 131) 212;
- g) Adolescentes (entre 12 anos completos e 17 anos incompletos): (548 – 131) 417.

Por gênero, encontram-se distribuído para o sexo feminino em 241 sujeitos (30,73%), e 543 (69,26%) para o sexo masculino.

Já em relação aos serviços prestados pelo CEMAE:

- a) Passaram por avaliação psicopedagógica: 487 (62,11%).
- b) Encaminhados para atendimento psicológico: 361 (46,04%), sendo:
- c) Encaminhados por avaliação psicopedagógica: 347 (96,12%);
- d) Encaminhados a partir de triagem: 14 (3,87%).

(2) *Dados de atendimento em 2013*: em 2013 foi atendida a clientela advinda de 07 escolas do município. O procedimento definido pelo Departamento de Educação Especial para o atendimento no CEMAE foi:

1. Encaminhamento pela equipe escolar, de ficha descritiva sobre o aluno (triagem pela equipe escolar);

2. Triagem pelos profissionais da escola e os profissionais do CEMAE sobre o aluno encaminhado, resultando em:
  - a. Prestação dos serviços de atendimento pelo CEMAE; ou
  - b. Entrada em lista de espera; ou
  - c. Desligamento.

De acordo com a sistematização dos dados advindos do levantamento do arquivo individual, no ano de 2013, o CEMAE Borda do Campo recebeu 87 encaminhamentos. Foram triados 77 casos, sendo que 36 sujeitos que foram encaminhados e iniciaram o atendimento psicológico; 09 atendimentos foram continuados de anos anteriores e/ou advindos de transferência de outro CEMAE. Totaliza-se o atendimento psicológico de 45 sujeitos; houve 18 desligamentos; 27 permanecem em atendimento.

Dos sujeitos que receberam atendimento psicológico em 2013, passaram pelo processo de avaliação psicopedagógica: 10 em 2013, 06 em 2012, 01 em 2011, e 04 em 2010. Em espera por atendimento psicológico para 2014 estão 05 sujeitos, dos quais 03 foram encaminhados a partir de avaliação psicopedagógica, e 02 sujeitos a partir de triagem do CEMAE com a equipe pedagógica da escola da criança.

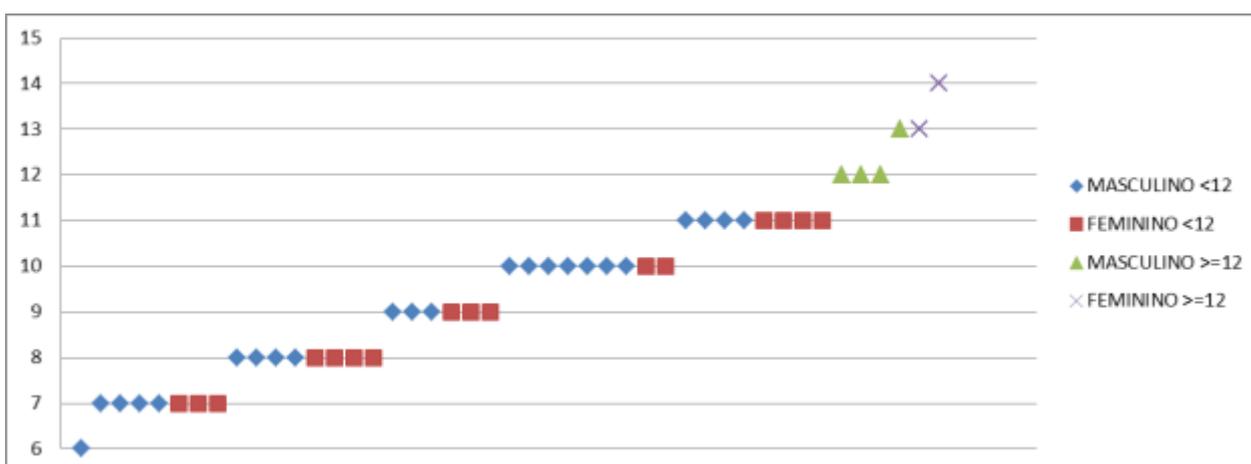
Ainda, sobre a modalidade de atendimento: dentro do total de 30 atendimentos semanais, foram atendidos em grupo 05 sujeitos, distribuídos em 02 grupos; o restante dos atendimentos foi realizado individualmente.

A idade dos sujeitos atendidos compreende o nascimento dentre 1999 e 2007, com idades que variam entre 06 anos e 06 meses a 14 anos e 01 mês, conforme exposto na tabela abaixo:

Idade	Masculino	Feminino	Total de sujeitos
06 anos	01	00	01
07 anos	04	03	07
08 anos	04	04	08
09 anos	03	03	06
10 anos	07	02	09
11 anos	04	04	08
12 anos	03	00	03
13 anos	01	01	02
14 anos	00	01	01

**Tabela 1.** Relação entre idade e gênero de sujeitos atendidos.

Para o total de 45 sujeitos do atendimento psicológico, a moda é 10 anos; para o sexo masculino (27 sujeitos) a moda é de moda 10, sendo a idade mínima de 06 anos e a máxima de 13 anos; para o sexo feminino (18 sujeitos) a moda é de 08 anos, sendo a idade mínima de 07 anos e a máxima de 14 anos. A distribuição é apresentada pelo gráfico abaixo.



**Figura 2.** Gráfico de dispersão de sujeitos atendidos, por gênero e por idade.

De acordo com o gráfico de dispersão da idade em relação ao gênero, é apresentado o total de 06 sujeitos adolescentes, sendo 03 sujeitos do sexo masculino com 12 anos e 01 com 13 anos, e 02 sujeitos do sexo feminino, com 13 anos e com 14 anos.

Abaixo, a tabela apresenta o total de atendimentos por escola e ano escolar.

<b>Escola</b>	<b>1ºano</b>	<b>2ºano</b>	<b>3ºano</b>	<b>4ºano</b>	<b>5ºano</b>	<b>TOTAL</b>
E. M. 001	0	1	0	4	2	7
E. M. 002	0	7	5	0	2	14
E. M. 003	0	2	0	3	1	6
E. M. 004	0	2	1	0	0	3
E. M. 005	0	3	3	0	1	7
E. M. 006	1	0	1	1	2	5
E. M. 007	1	1	1	0	0	3
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>45</b>

**Tabela 2.** Total de atendimentos por escola e ano escolar.

Os atendimentos se fizeram mais representativos em quantidades de sujeitos matriculados no 2º ano letivo (36%), seguidamente dos anos posteriores – 3º ano (24%), 4º ano (18%), e 5º ano (18%). Em menor representatividade ficou o atendimento dado ao 1º ano letivo (4%). Em relação ao turno frequentado, 22 alunos estudam no período da manhã e 23 no período da tarde. A totalidade dos atendimentos referente às escolas de origem dos sujeitos apresentaram, ao longo de 2013, o mínimo de 03 e o máximo de 14 sujeitos atendidos.

Em relação aos 45 atendimentos psicológicos, incluindo os 18 desligamentos, a duração mínima foi de 18 dias, e a duração máxima de 08 meses; a moda de 02 meses de duração é atribuída ao atendimento de 10 sujeitos. São previstos a continuidade de 27 atendimentos para o ano de 2014.

A continuidade do trabalho se faz na sistematização dos registros, articulando as possibilidades de planejamento e intervenção psicológica de acordo com as políticas públicas estabelecidas.

De modo particular, os dados agrupados pelo sistema proposto sinalizam que variáveis ambientais que estão relacionadas ao sujeito e deve ser foco de intervenção psicológica para o processo de inclusão, no objetivo de superar determinismos sociais que equivocadamente vinculam o papel do psicólogo às expectativas sobre a realização de um trabalho clínico na Educação Básica.

### **5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas**

Entre os riscos e problemas que pode haver inconsistência em relação aos dados escolares, uma vez que não há procedimento dinâmico e integrado ao sistema escolar, que provenha sua atualização para o cruzamento com os dados acerca dos atendimentos psicológicos. Sua correção pode ser providenciada na atualização do cadastro efetuado no sistema, possibilitado pela troca de informações entre os profissionais da equipe escolar e do CEMAE.

Em relação aos sujeitos, enquanto educandos, as mudanças de escola, turno, abandonos de atendimentos, dentre outros, podem dificultar no estreitamento da comunicação em relação aos dados sobre o ambiente escolar, bem como às possibilidades de continuidade de intervenção psicológica. Destaca-se, nesses casos, a necessidade de estabelecer e manter a Rede de Apoio (agregando o conhecimento de todos os profissionais envolvidos na inclusão da criança/adolescente) que favoreça os processos de inclusão, tendo a família como parte ativa neste processo.

## 6. Conclusão

O projeto, que se trata do aprimoramento da prática psicológica para o atendimento especializado, se faz como incremento aos serviços da Psicologia e que são oferecidos pelo Centro Municipal de Atendimento Especializado Borda do Campo. Como tal, é um serviço pertinente à Administração Pública, dado pela Secretaria de Educação do município de São José dos Pinhais. Observou-se que é crescente a demanda populacional, tais quais as necessidades educacionais, na qual a Educação Especial é integrante da Educação Básica.

Como parte do progresso de uma sociedade, a sistematização de processos capazes de melhor compreender e monitorar uma demanda se faz como requisito em garantir intervenções efetivas, consistentes com o preconizado pela Administração Pública. De modo análogo, o trabalho de Psicologia compromete-se com esse desenvolvimento. O projeto proposto visa sistematizar dados antes não disponibilizados e/ou acessíveis, de modo a tornar aplicável o conhecimento técnico-científico da Psicologia a favor de uma sociedade inclusiva.

Identificar, no contexto educacional, as variáveis que se relacionam ao desenvolvimento do repertório comportamental de sujeitos em atendimento psicológico remete planejar contingências que possibilitem o comportamento (então mais bem adaptado), desse mesmo sujeito, ser generalizado para outros ambientes. Trata-se de operar sobre o ambiente, em aprimorar procedimentos de ensino – aqui não restrito ao sentido acadêmico – mas em ensinar comportamentos que possam, pelo uso de tecnologias comportamentais, construir novos parâmetros para a Educação.

Conclui-se que a importância da Psicologia em interface à Educação, em destaque à Educação Especial, permeia tanto o atendimento individual quanto à construção de um ambiente inclusivo. Neste quesito, estabelecer a correspondência entre a demanda emergente na Educação Especial e as práticas educacionais se torna uma tarefa árdua, dado que há a participação de diversos atores sociais, a considerar tanto a comunidade escolar, como a família e os demais profissionais envolvidos. Dessa maneira, o sistema proposto cumpre sua função em facilitar a visualização e compreensão dessa demanda por atendimento psicológico na Educação Especial, por meio de indicadores, a partir de variáveis dos sujeitos atendidos.

## 7. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, Mar. 2013. Disponível online em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib. Especificidades e Implicações da Interpretação da Linguagem como Comportamento Verbal. In: Tourinho, E. Z.; Luna, S. V..(Org.). **Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas**. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2010, v. 1, p. 61-100.

BAGAILOLO, L.; GUILHARDI, C.; ROMANO, C. (2006). Inclusão escolar sob a perspectiva da Análise do Comportamento. In: H.J. Guilhardi; N.C. Aguirre (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**. vol. 17. São Paulo: Esetec.

BENVENUTI, Marcelo Frota Lobato; CARVALHO NETO, Marcus Bentes. Comportamento Operante: Seleção, Contiguidade e Contingência. In: Tourinho, E. Z.; Luna, S. V..(Org.). **Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas**. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2010, v. 1, p. 15-36.

BRAGA-KENYON, Paula B.; KENYON, Shawn E.; MIGUEL, Caio F. Análise Comportamental Aplicada (ABA). In: CAMARGOS JR., Walter et al (org.). **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: CORDE, 2005. Cap. XXIII, p. 148 – 154. Disponível online em: <<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/An%C3%A1lise-do-comportamento-aplicada.pdf>>. Acesso em 17 de Setembro de 2013.

CASSINS, Ana Maria. [ET AL.]. **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível online em: <<http://crppr.org.br/download/157.pdf>>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível online em: <[http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/04/MIOLO\\_EDUCACAO.pdf](http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/04/MIOLO_EDUCACAO.pdf)>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em online em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de Outubro de 2013.

INEP. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível online em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em 05 de Outubro de 2013.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município De São José Dos Pinhais - 2013.**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível online em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_municipios/saojos edospinhais2012.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/saojos edospinhais2012.pdf)>. Acesso em 05 de Outubro de 2013.

JANUZZI, M. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: \_\_\_\_\_. **Qualidade de vida:** observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2002. p.53-71.

NICOLINO, Victor Faria; ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. Revisão histórica de pesquisas em Análise do Comportamento e educação especial/inclusão publicadas no Jaba entre 2001 e 2008. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, n. 2, fev. 2010 . Disponível online em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872010000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 de Setembro de 2013.

SKINNER, B.F.. **Tecnologia do ensino.** São Paulo: Editora Herder, EDUSP, 1972.

\_\_\_\_\_. Can psychology be a science of mind? In: **American Psychologist**, 1990, 45, 1206-10. "A Psicologia Pode Ser Uma Ciência Da Mente?". Texto traduzido por André Luis Jonas e revisado por Hélio José Guilhardi e Noreen Campbell de Aguirre, para uso exclusivo dos grupos de estudo e supervisão do Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento (Campinas – SP). Disponível online em: <[http://www.itrcampinas.com.br/pdf/skinner/A\\_Psicologia\\_pode\\_ser\\_uma\\_ciencia\\_d a\\_mente.pdf](http://www.itrcampinas.com.br/pdf/skinner/A_Psicologia_pode_ser_uma_ciencia_d a_mente.pdf)>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Ciência e comportamento humano**, 11. ed. São Paulo: Martins, 2003.

SZTAMFATER, Silvia. Uma leitura de algumas dimensões das políticas educacionais atuais sob a ótica da análise do comportamento. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, jun. 2010 . Disponível online em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452010000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452010000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 17 de Setembro de 2013.

SZINWELSKI, FÁTIMA RAQUEL. **Considerações analítico-comportamentais sobre democracia:** Aspectos conceituais, metodológicos e éticos. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Dittrich. Curitiba, 2012. Disponível online em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologiamestrado/files/2012/05/F%C3%A1tima-Raquel-Szinwelski-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 17 de Setembro de 2013.

VASCONCELOS, Laércia Abreu; NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier; ÁVILA, Raquel Ramos. Abordagem Analítico-comportamental do Desenvolvimento. In: Tourinho, E. Z.; Luna, S. V..(Org.). **Análise do comportamento:** Investigações históricas, conceituais e aplicadas. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2010, v. 1, p. 125-152.